

PLANEJAMENTO ESTATAL BRASILEIRO E CENÁRIOS DE CRISES: uma análise histórica e comparativa

João Eudes de Souza Calado

José Matias-Pereira

Resumo

O objetivo do estudo foi identificar contribuições históricas do planejamento estatal brasileiro e analisar comparativamente as decisões tomadas nas recentes crises de pandemia da Covid-19 e de conflitos geopolíticos a partir da invasão da Ucrânia pela Rússia com as decisões em cenários de crises e conflitos do passado, tendo como ponto de partida os anos da década de 1910 de Grande Guerra Mundial e de pandemia da Gripe Espanhola. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura em fontes que contribuem para a compreensão dos cenários e processos decisórios no âmbito estatal, tendo como lentes teóricas os sistemas de governo, ideologias, teorias econômicas e do planejamento, entre outras. Infere-se que apesar da evolução do planejamento estatal, as decisões se concentram no poder central e nem sempre alinhadas com os planejadores e interesses da sociedade, o que causam significativos impactos sociais, econômicos, ampliando-se as tensões e conflitos. Espera-se que os achados possam produzir reflexões a compreensão dos cenários recentes considerando os eventos passados, como também sobre os riscos nas decisões do planejamento estatal na atualidade tendo em vista as incertezas do futuro.

Palavras-chave: Cenários de Crise. Planejamento Estatal. Covid-19. Conflitos Geopolíticos.

Abstract

The purpose of the study was to identify historical contributions of Brazilian state planning and to comparatively analyze the decisions taken in the recent crises of the Covid-19 pandemic and geopolitical conflicts from the invasion of Ukraine by Russia with the decisions in scenarios of crises and conflicts of the past. , taking as a starting point the years of the Great World War and the Spanish flu pandemic in the 1910s. To this end, an integrative literature review was carried out on sources that contribute to the understanding of scenarios and decision-making processes at the state level, having government systems, ideologies, economic and planning theories, among others, as theoretical lenses. It is inferred that despite the evolution of state planning, decisions are concentrated in the central power and not always aligned with the planners and interests of society, which cause significant social and economic impacts, increasing tensions and conflicts. It is hoped that the findings can produce reflections on the understanding of recent scenarios considering past events, as well as on the risks in state planning decisions today, in view of the uncertainties of the future.

Keywords: Crisis Scenarios. State Planning. Covid-19. Geopolitical Conflicts.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 decretada pela Organização Mundial da Saúde em 2020 têm causado impactos significativos no planejamento estatal em todo o mundo, não apenas

no campo da saúde, mas também no campo social, político e principalmente econômico. Se não bastasse a crise sanitária, as tensões geopolíticas com a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 têm agravado ainda mais a situação por trazer preocupações adicionais, além das mortes dos civis, crise migratória, recessão econômica, possível expansão dos conflitos, entre outras.

Neste sentido, as ações do planejamento estatal em todo mundo têm sido observadas e exigidas com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia e pela guerra entre a Rússia e Ucrânia, se considerados como cenários não previstos. Contudo, historicamente, cenários de crises e conflitos com impactos sociais, econômicos e políticos foram sofridos no passado como a epidemia da Gripe Espanhola, Primeira e Segunda Guerra Mundial, por exemplo, e que levantaram debates sobre questões como crise fiscal, social, intervenção do Estado, Liberalismo Econômico, entre outras (BECKER, 2012; FONSECA, 2010; SCHWARCZ, STARLING, 2020; SOUZA, 2012).

Friedmann (2011) ao analisar as diferentes culturas na prática do planejamento, enuncia alguns eixos principais, o primeiro deles, em nível macro, o contexto institucional - como exemplo, a forma de governo. Além da forma de governo, alguns países são capitalistas, outros estão em transição para um economia de mercado e muitos são pobres, desorganizados, o que sugerem diferentes processos decisórios.

Os ideais da teoria Keynesiana, adotadas por muitos países após a Segunda Guerra Mundial, defendiam a participação ativa do Estado no combate a recessão ante as instabilidades dos ciclos econômicos, em que percebia que o liberalismo econômico pouco ofereceria nos momentos de crise, vez que se limitava na defesa da autorregulação dos mercados (FONSECA, 2010; HUNT; SHERMAN, 1988; REYMÃO, OLIVEIRA, 2017).

Não é de hoje que o planejamento está diretamente ligado ao processo decisório em cenários de crise e de conflitos entre os países. Diversas teorias e a evolução do planejamento ocorreram justamente na reconstrução dos países no pós Segunda Guerra Mundial (FRIEDMANN, 2011). Contudo, ao longo do século passado e mais recentemente, as questões ideológicas têm sido incorporadas ao debate sobre as práticas de planejamento nas organizações, há os que defendem o Neoliberalismo, o Socialismo e os que defendem o Capitalismo ou um modelo híbrido de adoção entre correntes (FONSECA, 2010; SCHUMPETER, 2020). Embora, em Friedmann (2011) é possível observar que modelos autoritários estejam presentes em diferentes ideologias de governo.

Sendo assim, este estudo se propôs a investigar a seguinte questão de pesquisa:
Qual a relação entre as ações do planejamento estatal nos cenários de crises da atualidade com os cenários de crises e instabilidade econômica, social, política e

geopolítica do século passado?

O objetivo foi identificar e analisar comparativamente a relação entre as ações do planejamento estatal nos cenários de crises sanitária e geopolítica da atualidade com os cenários de instabilidade econômica, social, política e geopolítica no século passado, a partir das discussões históricas e teóricas relacionadas à diferentes crises, intervenção estatal, liberalismo econômico, entre outras. O debate da questão é relevante por considerar os impactos iniciais já observados nas crises recentes, seja a mortalidade de civis, a instabilidade econômica, a questão migratória e a possível ampliação da escalada de conflitos, entre outras, e sua relação intrínseca com o processo decisório das ações do Estado.

Buscando responder a questão de partida, foi realizada uma revisão integrativa, sistemática e qualitativa da literatura, com vistas a apresentar discussões teóricas dos pensadores e planejadores ao longo de mais cem anos e que possam produzir reflexões sobre ações dos planejadores, sua evolução e contribuir para as decisões no enfrentamento aos desafios do futuro. Segundo Torracco (2005) a revisão integrativa da literatura é uma abordagem de pesquisa qualitativa mais densa que se utiliza de amostras menores e que busca analisar, criticar e sintetizar um corpo significativo da literatura sobre temas determinados. A revisão sistemática da literatura neste estudo pode ser considerada a partir da aplicação de estratégias de seleção e na delimitação de estudos relevantes sobre tópicos específicos para análise com espírito crítico e discussão narrativa (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Neste sentido, dois critérios foram estabelecidos para seleção dos estudos. O primeiro na construção do referencial teórico com estudos históricos que discutem o planejamento estatal, cenários de crise sanitária e geopolítica no contexto brasileiro e na literatura nacional. E para construção do tópico das análises e discussões comparadas dos cenários recentes com os acontecimentos passados um segundo critério, que foi a busca complementar de estudos da literatura internacional mais recente. Nos dois critérios de seleção foram utilizados a ferramenta de buscas do *Software Publish or Perish*, versão 8, gratuita.

Nos resultados, foi possível inferir que as decisões recentes representam o poder do plano central dos países, não se relacionam diretamente com as ideologias, mas com os interesses de cada país e que os planos nem sempre são seguidos em conformidade com a representação dos especialistas e demais atores sociais. As decisões dos países tem sido divergentes nos dois cenários, apesar dos efeitos econômicos e sociais similares.

Além desta introdução, o estudo está estruturado da seguinte forma: O tópico 2 Desenvolvimento, apresenta subtópicos com a evolução histórica e teórica do planejamento em diferentes conjunturas, cenários e crises, seguido das análises e discussões comparativas com a contribuição de estudos recentes sobre a pandemia da Covid-19 e da guerra Rússia-Ucrânia. O tópico 3 apresenta as Considerações Finais. E, por fim, as Referências.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO ESTATAL E CENÁRIOS DE CRISES

O papel do Estado na formulação do planejamento como instrumento do desenvolvimento econômico no Brasil tem sua origem a partir da década de 1930 com a criação do Estado Novo, em que se inicia a construção de um Estado capitalista de caráter nacional-desenvolvimentista, planejador e intervencionista (SOUZA, 2004). De acordo com Becker (2012), esse processo nacionalista, de intervenção estatal e modernização se firmou também com a crise mundial de 1929. Contudo, as raízes do planejamento no Brasil datam sobretudo a partir de 1890 ainda na República Velha, quando foi institucionalizado um plano geral em que já se observava um princípio de sistematização da coordenação das contas públicas (MACIEL, 1989).

Em paralelo ao Estado Novo, nas décadas de 1930 e 1940 os estudos de Geopolítica multiplicaram-se no país, cujo tema central das pesquisas era uma nova interpretação geopolítica da história brasileira associada à ascensão de grandeza continental, porém, percebida pelos Estados vizinhos como ameaça e expansionismo (BECKER, 2012). No mesmo período, o Plano Especial de Obras Públicas e Preparo da Defesa Nacional foi estabelecido no intuito de contribuir para criar e articular uma cultura prática de planejamento que pudesse atender às principais demandas sociais. Complementarmente, houve a necessidade de esforços para a criação de uma matriz decisória global tendo em vistas os desafios impostos pela Segunda Guerra Mundial ocorrida entre 1939 e 1945 (SOUZA, 2004).

No cenário global, a teoria Keynesiana na obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (*The General Theory of Employment, Interest and Money*), publicada originalmente em 1936, representava uma das principais referências da percepção do cenário pré quebra da Bolsa de Nova Iorque, em que as ideias foram adotadas por muitos países do pós Segunda Guerra Mundial até os anos de 1970. Por outro lado, Schumpeter (2020), cuja obra Capitalismo, Socialismo e Democracia (*Capitalism, Socialism and Democracy*), publicada originalmente em 1942, ao abordar a depressão de 1929 não

conferia ao capitalismo a incapacidade de manutenção do crescimento econômico por considerar que depressões igualmente sérias ocorriam repetidas vezes a cada 55 anos.

Então durante o Estado Novo no Brasil, no governo de Getúlio Vargas, o Estado se apropria de meios de produção essenciais ao desenvolvimento nacional, como energia, minas, transporte, parte da siderurgia e do crédito, e implanta a indústria de base com apoio do capital estrangeiro (BECKER, 2012, p. 131-132). Souza (2004) destaca nesse período dois planos, ainda não teorizados como estratégicos, o Plano de Obras e Equipamentos e o Preparo da Defesa Nacional, os quais tinham como objetivos preparar o país para as adversidades da Segunda Guerra Mundial, a construção de obras de infraestrutura e a criação de indústrias de base, vistos como as grandes alavancas do processo de industrialização. Silva (2010) ressalta o papel de Roberto Simonsen, engenheiro, líder da classe empresarial industrial, escritor e político, precursor do pensamento conservador adotado pelos membros da Escola Superior de Guerra e seu precoce conhecimento em áreas como geopolítica e político-militar.

Considerando as demandas dos países por conhecimento e formação técnica na área do planejamento, as décadas de 1950 e 1960 foram de intensa teorização sobre o tema. Friedmann (2011), argumenta que nos Estados Unidos e no Canadá a maioria das escolas de planejamento surgiu nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. No entanto, as discussões sobre o planejamento estratégico ocorreram somente a partir da segunda metade dos anos de 1970 (PARES; VALLE, 2006). Para Toni (2021, p.11), no âmbito governamental, o Planejamento Estratégico é feito a partir de um conjunto de referências, processos, ferramentas e técnicas que tem como objetivo a definição de uma visão de futuro de médio e longo prazo.

Nos anos 50, 60 e 70, o planejamento brasileiro coincide com o auge da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e foi marcado pela ausência de vínculos com a disciplina fiscal, quando os gastos previstos não eram vinculados às receitas necessárias (PARES; VALLE, 2006). Por esse caminho, o país se inseriu num conjunto de países que sofreu com os impactos da globalização da economia e da crise fiscal do Estado, compreendida como a exaustão financeira governamental, que impossibilita o financiamento das políticas públicas e a promoção do desenvolvimento social (SOUZA, 2004). Nestas condições, não apenas no Brasil, mas em outros países, a partir dos anos 80, as políticas de modernização ganharam ímpeto diante da crise fiscal e da inflação que se apresentava e se estendeu até os anos 90, gerando uma pressão social por mais eficiência e efetividade das políticas públicas (PARES, VALLE, 2006). No entanto, Souza (2004) ressalta que as preocupações com a questão inflacionária já ocorriam desde os anos 30, mas somente a

partir dos anos 80 é que passou a ser vista como um grande desafio estratégico por sucessivos governos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o atual sistema de planejamento plurianual articulado com a execução do orçamento e instrumentos de controle fiscal, e em 1995 foi editado o Plano Diretor de Reforma do Estado orientado para a modernização da administração pública a partir do modelo gerencial que estava sendo implementado em diversos países (PARES; VALLE, 2006). Neste sentido, considerando o orçamento governamental como questão complexa, geralmente as tomadas de decisões estratégicas são concentradas nos Conselhos de Ministros, porém, cercadas de pressões e interesses (SPACKMAN, 2002).

Nos anos 2000, duas relevantes crises, uma em 2008 - econômica e financeira advinda da cadeia de empréstimos imobiliários baseada em devedores insolventes, afetando o mercado financeiro norte-americano, mas se espalhou pelo mundo a partir de setembro de 2008, em que os governos dos países tiveram que adotar medidas para aumentar a solvência e garantir a liquidez dos mercados (BRESSER-PEREIRA, *et al.*, 2009). E em seguida, 2009 - a pandemia da Influenza A (H1N1), causando preocupações nas autoridades dos países em todo mundo, principalmente em relação à rapidez da infecção e número de mortes, suscitando comparações com a pandemia da Gripe Espanhola de 1918 (ALVAREZ, 2009).

Eis que no final dos anos 2010 e início dos anos de 2020, mais dois cenários recentes de crises globais acenderam o alerta das nações em todo o mundo. A pandemia da Covid-19 decretada pela OMS em março de 2020 e a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, e que foram observadas incompetências políticas, científicas, empresariais e sociais, comprometendo negativamente as decisões governamentais diante dos desafios globais (BARBOSA; CARDOZO; DIAS, 2020; ANGHEL; JONES, 2022).

Dagnino (2012) argumenta que um Planejamento Estratégico Governamental deve ser elaborado com a perspectiva de criação de um “Estado Necessário” e não de um “Estado Herdado”, preparado para atender as demandas da sociedade a partir de um modelo alternativo mais justo de desenvolvimento, economicamente igualitário e ambientalmente sustentável.

2.1.2 CENÁRIOS DE CRISES NA SAÚDE GLOBAL

O ponto de partida para discussão dos cenários de crise na saúde global será a pandemia da Gripe Espanhola entre os anos de 1918 e 1920, considerada até então como a maior epidemia da história e que foi fatal para mais de 20 milhões de seres humanos em todo o mundo (BERTUCCI-MARTINS, 2003).

O debate de Alvarez *et al.* (2009) informa sobre a existências de outras epidemias de influenza nos anos 1890, 1957, 1968 e destacam o sucesso da descoberta de cepas decifradas com ferramentas da biologia molecular em 1999, a partir de materiais biológicos de vítimas da pandemia de 1918. Contudo, as pesquisas históricas recentes sobre pandemias globais costumam referenciar a Gripe Espanhola a cada nova epidemia devido os efeitos devastadores da Influenza Espanhola (ALVAREZ *et al.*, 2009; BERTUCCI, 2002; BERTUCCI-MARTINS, 2003; GOULART, 2005; SCHWARCZ; STARLING, 2020).

O resgate histórico que Bertucci (2002) realizou na literatura brasileira e internacional sobre a Gripe Espanhola apontou preocupações com questões sobre deficiência sanitária, os limites do saber médico, o aspecto comercial e financeiro da exploração do lucro, o reconhecimento ao trabalho dos médicos e enfermeiros, o medo, entre outras.

No texto “Conselhos ao povo: Educação contra a Influenza de 1918”, Bertucci-Martins (2003) cita algumas ações do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo quando do surgimento das primeiras vítimas da gripe espanhola. Na ocasião, uma série de prescrições foram emitidas com intuito de esclarecer e instruir a população, em que o apelo à higiene pessoal e aos cuidados com o contato social foram permanentes (BERTUCCI-MARTINS, 2003). Em 2009, as preocupações com o isolamento ressurgem a partir da pandemia da Influenza A (H1N1), em que a atuação dos Estados nacionais, governos locais, a opinião dos médicos e dos meios de comunicação, e o comportamento da população, foram comparados com a experiência de 1918, afim de observar influências do passado que pudessem deixar algum legado para o futuro (ALVAREZ *et al.*, 2009).

O número de vítimas da pandemia de 1918 em todo o mundo são desconhecidos, variam entre 20 e 100 milhões, enquanto na Primeira Guerra Mundial ocorrida entre 1914 e 1918, apontavam ter sido vitimadas em combate 9,2 milhões de pessoas (ALVAREZ *et al.*, 2009). Na época, a população brasileira não deu atenção aos rumores da doença que atingia diversos países do Velho continente, visto que a preocupação maior era com a carestia e as notícias sobre a Guerra Mundial (BERTUCCI-MARTINS, 2003). Diferentemente, a crise sanitária de 2009 causada pela Influenza A (H1N1) acontece no ano seguinte a crise econômica do mercado imobiliário e financeiro estadunidense (ALVAREZ, *et al.*, 2009; BRESSER-PEREIRA, *et al.*, 2009).

Em 2020 a população mundial se depara mais uma vez com uma pandemia de grandes proporções em termos de mortes. Entre os meses de janeiro de 2020 e dezembro de 2021 foram relatado à OMS 287 milhões de casos confirmados e 5,42 milhões de mortes por Covid-19, no entanto, esses números são contestados (MSEMBURI, *et al.*, 2023). Ainda sentindo os efeitos da pandemia, o mundo viu eclodir uma guerra em 24 de fevereiro de

2022, quando a Rússia invadiu a Ucrânia e ascendeu novos desafios associados aos impactos do conflito (ANGHEL; JONES, 2022). Neste sentido, importa analisar as discussões históricas sobre os planos estatais relacionados às questões geopolíticas dos países e buscar compreender ou identificar alguma relação das decisões dos países em relação aos cenários de conflitos recentes.

2.1.3 CENÁRIOS DE CRISES GEOPOLÍTICA

No século XIX a consolidação dos Estados-Nação como capitalismo industrial também estavam associados à instrumentação do espaço como meio de controle social, mas o aumento da população, a Economia Política e os dispositivos de segurança mudaram a feição do Estado e firma uma nova forma de poder, o Estado de governo (BECKER, 2012).

Vieira (2015) ao analisar a obra “História, Estratégia e Desenvolvimento: Para uma Geopolítica do Capitalismo” de José Luís Fiori, ressalta a proposição de que a acumulação de riqueza deriva da condensação das relações de poder na forma de poderes territoriais, com a específica necessidade de defender fronteiras.

Os impactos da Primeira Guerra Mundial, seguida da crise sanitária da Influenza Espanhola em 1918 contribuíram para a crise do capitalismo que culminou com a quebra da NYSE em 1929, levantando dúvidas sobre o liberalismo econômico em momentos de crise (FONSECA, 2010). Logo, esse cenário serviu para um movimento na construção do Estado capitalista de caráter nacional-desenvolvimentista, intervencionista, em que se observam no Brasil ações articuladas com objetivos de estimular a economia e também de Preparo da Defesa Nacional, tendo em vista as necessidades do período da Segunda Grande Guerra entre 1939 e 1945 (BECKER, 2012; SILVA, 2010; SOUZA, 2004; SOUZA, 2012).

No âmbito internacional, o clima pesado que antecedeu à Segunda Guerra Mundial e as ameaças que pareciam prevalecer em toda parte estimulavam o interesse das Nações de se armarem para se protegerem, e, no Brasil, a aquisição de material bélico esbarrava na fraqueza da economia (SILVA, 2010). De acordo com Becker (2012, p.144), nas questões gerais da Geopolítica se revela “a relação histórica de poder - econômico, da guerra, político, ideológico - com o espaço, segundo um imperativo estratégico, como um princípio geral”.

Para exemplificar a citação de Becker acima, a mudança de ideologia militar antes nacionalista do país, porém voltada para a questão de segurança num cenário onde o militarismo crescia em todo o mundo, em que a solidariedade internacional não encontrava espaço e a competição econômica aumentava devido à crise e à recessão que se apresentava, influenciou a busca pela autossuficiência econômica e ao fortalecimento da defesa do território, contudo, associado à um ideário autoritário que criticava o liberalismo e o comunismo, ao passo em que se desenvolvia relações econômicas dinâmicas com a

Alemanha nazista (SILVA, 2010).

Complementarmente, Becker (2012) destaca no período a ampliação dos estudos de geopolítica:

...multiplicam-se os estudos de Geopolítica nas décadas de 1930 e 1940 desenvolvidos principalmente por professores de colégios militares, destacando-se, dentre eles, Mário Travassos, com a sua “Projeção Continental do Brasil”. O tema central desses trabalhos era uma nova interpretação geopolítica da história brasileira, focalizando a marcha para o oeste do Estado, desde sua origem na costa atlântica, e enfatizando a necessidade de o Brasil continuar sua projeção para o oeste, especialmente ao longo de dois eixos, um em direção à Bolívia e o outro à Amazônia (BECKER, 2012, p. 132).

Importante destacar em Silva (2010) o seguinte cenário para entrada do Brasil no conflito: Embora a cúpula militar nutrisse simpatias ideológicas com as ditaduras fascistas, havia uma preocupação de caráter estratégico, em que os países sul-americanos se aliam com os EUA, mas a Argentina resiste; então os militares brasileiros temiam que o país fosse invadido pelas potências do Eixo caso declarasse apoio aos Estados Unidos e ainda tivesse que enfrentar a Argentina caso esta se mantivesse neutra, o que o país não estava preparado para ambos os casos, o que preferiu não declarar apoio total à posição norte-americana, mas solidariedade continental, em janeiro de 1942 (SILVA, 2010). Todavia, o plano de expansão política do país que deveria ser seguido de ocupação efetiva e integração espacial, revitalizando as fronteiras mortas e associado à ascensão de grandeza continental era visto pelos Estados vizinhos como expansionismo e ameaça (BECKER, 2012).

Durante o Estado Novo, os planos implementados no governo de Vargas para construção de uma cultura e prática de planejamento governamental sofreram alterações e foram praticamente descontinuados; e com a queda do governo, o fim da Segunda Guerra e a Constituição de 1946, retornam alguns princípios do liberalismo econômico e novos planos anti-intervencionistas, como exemplo, o Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) implementado pelo governo do General Eurico Gaspar Dutra de 1946 a 1950, que havia sido ministro de Guerra do governo Vargas (SOUZA, 2004).

Nota-se ao longo do século XX no Brasil um intenso debate ideológico, a contribuição dos teóricos, representantes empresariais, sociedade, inclusive a observação de opiniões divergentes presentes na ala militar, contudo, as decisões centradas nos interesses políticos, econômicos e defesa do território (BECKER, 2012; SILVA, 2010; SOUZA, 2004).

Na perspectiva de estratégia e prática do Estado para um projeto geopolítico moderno, Becker (2012, p. 137) argumenta:

As premissas do projeto geopolítico da modernidade brasileira não são determinadas pela Geografia no país nem se resumem à apropriação física do território. Elas são a justificativa para a consolidação política e o papel dirigente do Estado em todos os setores da atividade e do território, ou seja, para a produção do espaço estatal. Para tanto, o domínio da tecnologia e a instrumentalização do espaço constituem-se condições fundamentais.

Do ponto de vista do poder concreto, na geopolítica do capitalismo, não é a acumulação de capital e crescimento econômico o que interessa, mas a sua utilidade numa determinada estratégia expansiva, fundamentada no espaço e na guerra, consequentemente de natureza geopolítica (VIEIRA, 2015). Não obstante, nos anos de 1970 desponta a economia de guerra promovida pela bomba nuclear da Segunda Guerra como inovação científica para o próprio Estado e revelando meios poderosos de preparação por um grupo de Estado (BECKER, 2012). Então nas primeiras décadas do século XXI, as grandes potências militares, como Estados Unidos, Rússia e China, além das armas termonucleares, investem em uma nova classe de armas estratégicas, as chamadas armas de energia direta - lasers e micro-ondas de alta potência (ÁVILA; MARTINS; CEPIK, 2009).

A discussão dos conflitos geopolíticos podem avançar abordando outros cenários, como exemplos, o da Guerra Fria, a tomada do território da Criméia em 2014 pela Rússia, entre outros. Contudo, para a discussão comparativa dos planos dos países no conflito Rússia-Ucrânia em 2022, este estudo utilizou como referência a questão geopolítica da Segunda Grande Guerra.

2.2 ANÁLISES E DISCUSSÕES COMPARATIVAS

Antes de iniciar as análises e discussões comparativas, optou-se no estudo por apresentar duas tabelas para indicar os resultados das buscas para os critérios estabelecidos na seleção das pesquisas através da ferramenta *Publish or Perish*. A Tabela 1 apresenta os artigos selecionados para a construção do Referencial Teórico, em que foram utilizados os descritores na língua portuguesa “Planejamento Estatal brasileiro”; “Crises Sanitárias”; “Pandemias”; “Geopolítica”; “Crise Geopolítica”. As prioridades foram direcionadas para estudos históricos e o Qualis da publicação. Não consideradas as obras e Teses, a Tabela 1 apresenta o ano de publicação, título da pesquisa, periódico, Qualis Periódicos Capes - classificação 2017-2020.

Tabela 1: Artigos selecionados para construção do referencial teórico

Ano publicação	Título	Periódico	Qualis 2017-2020
1988-2012	Geografia e o Resgate da Geopolítica	Espaço Aberto	A1
1989	A crise do planejamento brasileiro	R. Serv. Publ.	A4
2003	“Conselhos ao povo”: Educação contra a Influenza de 1918	Cad. Cedes	A1

2004	As trajetórias do do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiência na administração pública	R. Serv. Publ.	A4
2005	Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro	História, Ciências, Saúde – Manguinhos	A1
2006	A transição de saúde pública 'internacional' para 'global' e a Organização Mundial da Saúde	História, Ciências, Saúde – Manguinhos	A1
2009	A gripe de longe e de perto: comparações entre as pandemias de 1918 e 2009	História, Ciências, Saúde – Manguinhos	A1
2009	Armas estratégicas e poder no sistema internacional: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades	Contexto Internacional	A1
2010	Keynes: o liberalismo econômico como mito	Econ. soc	A2
2010	Roberto Simonsen: a industrialização brasileira e a segunda guerra mundial	história econômica & história de empresas	A4
2012	O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas	Rev. Adm. Pública	A2

Fonte: Elaboração própria (2023)

As buscas para os dois conjuntos de informações foram realizadas entre os meses de maio e julho de 2023.

Para o tópico das análises e discussões, os critérios estabelecidos foram a seleção de trabalhos recentes que discutissem o planejamento e ações relacionadas à pandemia da Covid-19 e à crise geopolítica. Foram utilizados os seguintes descritores na língua portuguesa e inglesa: “planejamento”; “Covid-19”; “Guerra Rússia-Ucrânia”; “planning”; “war russia ukraine”. O período das publicações compreendido entre 2020 e 2023. E como critério principal, o número de citações. A Tabela 2 na sequência apresenta o ano da publicação, o número de citações, o título da pesquisa e o periódico:

Tabela 2: Artigos selecionados para as análises e discussões comparativas

Ano publicação	Nº citações	Título	Periódico
2020	1073	Analysis and forecast of COVID-19 spreading in China, Italy and France	Chaos, Solitons and Fractals
2020	83	“Infodemic” COVID 19: More Pandemic than the Virus	Indian J Nephrol
2020	51	Post-Pandemic Recovery: The Russian Economy and the Transition to Sustainable Social and Economic Development	Studies on Russian Economic Development,
2020	24	Coping Responses During the COVID-19 Pandemic: A Cross-Cultural Comparison of Russia, Kyrgyzstan, and Peru	Psychology in Russia
2021	59	A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista	Serv. Soc. Soc

Ano	Artigo	Revista
2022	Russian-Ukraine 2022 War: A review of the economic impact of Russian-Ukraine crisis on the USA, UK, Canada, and Europe	Advances in Social Sciences Research Journal
2022	Implications of the Russia-Ukraine war for global food security	Nature Human Behaviour
2022	Is Europe really forged through crisis? Pandemic EU and the Russia – Ukraine war	Journal of European Public Policy
2023	Economic costs of the Russia-Ukraine war	The World Economy
2023	The WHO estimates of excess mortality associated with the COVID-19 pandemic	Nature

Fonte: Elaboração própria (2023)

O resultado da seleção com os descritores utilizados justificam o retorno de estudos abordando impactos econômicos, sociais, políticos e geopolíticos em diversas áreas e os desafios que se apresentam para os planejadores dos países.

O ponto inicial para análise e discussão comparativa foi a pandemia da Covid-19 decretada pela OMS em março de 2020 e que colocou em alerta todo o mundo para um surto de doença causada por um vírus de rápida infecção e primeiros casos observados em dezembro de 2019 na cidade chinesa de Wuhan (MSEMBURI *et al.*, 2023). No entanto, historicamente, experiências relacionadas ao surto de doenças não são novidades para a humanidade, principalmente em se tratando de influências (BERTUCCI, 2002). Neste sentido, sempre da ocorrência de pandemias, logo as comparações são direcionadas para a Gripe Espanhola de 1918, em que se estima vitimou mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo e que a conduta de especialistas, das autoridades governamentais e da sociedade foram questionadas (ALVAREZ, *et al.*, 2009; SCHWARCZ; STARLING, 2020).

Antes da decretação da pandemia da Covid-19, cientistas já investigavam a dinâmica temporal do surto no período entre 11/01/2020 e 15/03/2020 na China, Itália e França, identificando que apesar de o parâmetro de taxa de recuperação serem os mesmos entre os países, diferentemente, a taxa de infecção e mortalidade variava. Na ocasião, a taxa de mortalidade na Itália estava entre 4 e 8%, e na China, entre 1 e 3% (FANELLI; PIAZZA, 2020). O que pode ter contribuído para essa percepção inicial no cenário italiano poderia estar relacionado à campanha “Milano no si ferma” em 27 de fevereiro, quando o país registrava 17 óbitos; essa campanha foi replicada por outras cidades e no final de março a Itália atingiu 12.466 óbitos e concentrava 27,8% do total de mortos pela Covid-19 em todo o mundo, sendo que a população do país sequer corresponder à 1% da população mundial (CALIL, 2021).

Nas análises iniciais de Fanelli e Piazza (2020), a suposição de que fatores culturais e estilo de vida da população podiam influenciar as taxas de infecção, tendo em vista que as autoridades chinesas impuseram lei marcial para uma grande parcela da população, contribuindo para a reduzida taxa de infecção, o que talvez explicasse o surto na Itália, em

que governantes haviam optado por não conter a contaminação inicialmente. Não obstante, as ações e os estímulos à aceleração do ritmo de contaminação era compartilhado por governos de muitos países, como Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Holanda e Bélgica (CALIL, 2021). Analisando a reação das pessoas no enfrentamento à doença na Rússia, Quirguistão e no Peru, Voronin *et al.*, (2020) identificaram que as pessoas nos diferentes países apresentaram variados comportamentos, em que os menos apresentados foram o uso de substâncias, negação, desengajamento comportamental e religião, porém, considerando que o enfrentamento religioso e o desengajamento mental foram os que mais diferiram entre os países, sugerem que essas divergências estão associadas às características culturais, socioeconômicas e as medidas tomadas pelos governos.

Não bastasse o impacto inicial da pandemia, uma preocupação adicional foi a infodemia mundial, termo utilizado pela OMS para descrever a onda de medo acelerada em todo o mundo e que foi impulsionada pelo preconceito e informações errôneas, afetando a implementação dos planos estratégicos de controle (PATEL; KUTE; AGARWAL, 2020).

Sobre essa aparente desordem social, Goulart (2005, p. 134) cita o seguinte em relação ao caos na pandemia de 1918:

“A desordem pode ser uma situação criadora, uma vez que torna visível os problemas, tensões e insatisfações latentes no mundo social, podendo ser também fonte de mudanças nas decisões das elites e estimular o surgimento de novos comportamentos tanto políticos como sociais” (GOULART, 2005, p. 134).

Voltando às análises de Fanelli e Piazza (2020) na Itália, pelos dados levantados, o plano estratégico seria a necessidade de aquisição de 2.500 unidades de ventilação mecânica para atender os infectados na fase de pico da doença, e ao perceberem a redução dos índices após o país realizar o bloqueio total em 8 de março, concluíram que os países que enfrentariam o surto epidêmico só conseguiriam reduzir os impactos se houvesse um esforço cooperativo e disciplinado da população como um todo para o bloqueio. Não obstante, Patel, Kute e Agarwal (2020) argumentavam também para a necessidade dos países investirem mais em planejamento estratégico no combate a infodemia mundial.

Alvarez *et al.*, (2009) ao debaterem comparativamente algumas variáveis entre as pandemias da Influenza A (H1N1) em 2009 com a de 1918 considerando as experiências do México, Brasil e Argentina, apontam entre outras questões, que todos os avanços em termos de saúde pública internacional ao longo de quase um século não impediram práticas médicas, ações do Estado e comportamentos sociais inadequados semelhantes aos praticados em 1918, como exemplos, alterações nos discursos das autoridades, informações distorcidas sobre a origem da doença, descrédito aos riscos de contaminação, a promoção de aglomerações e o uso de medicamentos sem comprovado sucesso contra a

infecção. O mesmo se repetiu em 2020 com as indicações da Cloroquina como tratamento para os infectados pela Covid-19, inclusive, pelo governo e autoridades brasileiras (CALIL, 2021).

A pandemia pressionou a União Europeia na busca de um conjunto unificado de políticas de proteção de mercado da incerteza financeira internacional e garantia da disponibilidade de vacinas (ANGHEL; JONES, 2022). Enquanto no Brasil, oito meses após o primeiro caso confirmado, o país estava entre os países com os piores indicadores de óbitos e contaminações, resultado da estratégia definida e implementada pelo governo, orientado pela perspectiva de atingir a imunização coletiva (CALIL, 2021).

Edgar Morin, pesquisador francês que completou um século de vida em 2021, publicou em 2020 a obra “É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus”, nela, o autor reflete sobre as limitações governamentais, empresariais, científicas e sociais, que impactam negativamente na capacidade de enfrentamento de graves desafios globais, explora as falhas do Estado neoliberal, sugere novos questionamentos sobre diplomacia e cooperação internacional e explica por que a pandemia pode elevar os riscos de retrocessos intelectuais, morais, democráticos e bélicos (BARBOSA; CARDOZO; DIAS, 2021).

Para Anghel e Jones (2022) a pandemia e a guerra Rússia-Ucrânia representam crises distintas para a Europa, mesmo em se tratando de choques exógenos, incitam a UE a tomar decisões e fazer política de maneira distinta. A percepção dos autores logo nos remete à decisão do Estado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, quando declarou apoio à posição norte-americana e a solidariedade continental em janeiro de 1942, rompendo relações diplomáticas com as potências do Eixo, apesar de haver existido anteriormente uma simpatia e relações econômicas com a Alemanha nazista (SILVA, 2010).

Para ilustrar a percepção de Anghel e Jones (2022), os autores codificaram através de pontos positivos e negativos a visão de que as crises estão forjando a Europa em apontar em direções diferentes em termos de atuação da UE. A Tabela 3 a partir do modelo elaborado pelos autores aponta o lócus de atenção da UE para ambas as crises:

Tabela 3: As diferentes direções da gestão de crises da UE

	Atuação	Solidariedade	Resiliência	
			Adaptar-se ao desafio	Recuar para os princípios fundamentais
Pandemia da Covid-19	+	+	+	-
Guerra Rússia-Ucrânia	-	-	-	+

Fonte: Anghel e Jones (2022)

Ao analisar a codificação estabelecida pelos autores, suscitam reflexões e alguns questionamentos, por exemplo, qual seria o resultado dessa análise em outras organizações de Estados pelo mundo? Qual o posicionamento do Brasil em relação às duas crises nessas variáveis de avaliação?

Durante os conflitos em 1942, o Brasil hesitou por um tempo em declarar guerra, mas observava o militarismo aumentar, a competição econômica se acirrar e não encontrar espaço a solidariedade internacional (SILVA, 2010). Anghel e Jones (2022) ao discutir as reações e posicionamentos iniciais dos países à invasão da Ucrânia, demonstrou que muitos líderes buscaram pela diplomacia evitar o avanço do conflito, exemplos dos governos de França e Alemanha, membros da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), porém, o que se viu em seguida foram articulações econômicas, políticas, militares, encontros e assembleias em diferentes organizações internacionais para discutir sanções e apoios.

Mbah e Wasum (2022) explicam que mesmo que as sanções financeiras impostas à Rússia pelos EUA, Canadá, Reino Unido e UE tenham surtido efeito na economia do país, os impactos do conflito afetaram a economia global considerando a ascensão da inflação devido o aumento nos preços do petróleo, gás natural e dos alimentos já no princípio da crise. Behnassi e Haiba (2022) argumentam que a atual guerra Rússia-Ucrânia destacou fragilidades sistêmicas existentes na segurança alimentar internacional, fragilizando a capacidade das nações e dos indivíduos de garantir suas necessidades alimentares, o que inclui as atividades de cultivo, colheita, comercializar, transportar, fornecer e processar alimentos, afetando o funcionamento de toda a cadeia de suprimentos.

Durante o Estado Novo, Silva (2010) destacou no Brasil que o interesse das forças armadas na economia aumentou especialmente no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, ocasionando mudanças no pensamento estratégico, que antes a preocupação era com o aumento das despesas militares da Argentina, mas diante do cenário de tensões externas, logo a preocupação com os riscos de uma potencial agressão estava no mundo todo, então um dos planos foi a promoção da autossuficiência em alimentos que a agricultura deveria proporcionar.

Em 2020, o Plano Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) encaminhados para apreciação do Congresso Nacional brasileiro instituem as ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva a modernização da estrutura nacional de defesa e trata também das questões político-institucionais. A END é inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022).

O que se pode inferir é que apesar de não ser tratada ainda como uma grande guerra, o cenário de tensões parece próximo do que já foi sofrido no passado. Importante destacar que as rusgas da Rússia contra a Ucrânia não são recentes, desde 2007 o governo de Vladimir Putin acusa a postura agressiva dos Estados Unidos em detrimento da diplomacia ao observar a expansão da OTAN para o Leste Europeu e o suporte ocidental a

grupos e partidos adversários do governo russo na Ucrânia, Geórgia e na própria Rússia (ÁVILA; MARTINS; CEPIK, 2009). Por outro lado, a “Europa em Desenvolvimento”, que tem a Ucrânia como maior representante, deverá ter um encolhimento de 30% no PIB por conta da guerra, que também acrescentaria cerca de 2% à inflação global em 2022 e 1% em 2023, comparando com as projeções do início de 2022 (LIADZE *et al.*, 2023).

Toni (2021), em Reflexões sobre Planejamento Estratégico no Setor Público, ao referenciar Matus (1997) na definição do planejador dominado pelo economicismo, aponta que seria um erro separar a dimensão técnica do plano da dimensão política, pois a ação de planejar é comportamental no estilo da teoria econômica, logo, está inserido no contexto institucional, no balanço de poder do plano, na correlação de força entre os atores, ou seja, na dimensão política. Por outro lado, há uma volumosa literatura que discute os traços de liderança nas organizações, porém, às vezes contraditória, pois a ideia mais divulgada é a de que um líder se nasce líder e dispõe de características, tais como inteligência, carisma, iniciativa, autoconfiança, entre outras, porém, o apontamento dessas características não classificam se as características serão utilizadas para o bem ou mal (BILHIM, 2013).

Considera-se como uma limitação neste estudo a análise comparativa geral e não específica dos temas, o que poderá ser explorado em estudos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão integrativa da literatura, desde os anos 1910 até os dias atuais, infere-se que as relações de poder e os interesses econômicos dos países se sobrepõem à todos os demais quando o assunto são as ações governamentais em cenários de crises. Apesar de que nas primeiras décadas do século XX não se observam ações articuladas de enfrentamento das crises, as preocupações das Nações são claramente direcionadas para a economia.

A análise comparativa entre as pandemias de Covid-19 e da Influenza Espanhola de 1918 sugere que ações de planejamento não foram concebidas, o que pôde ser observado pela incompetência das autoridades governamentais e comportamento inadequado da população. Neste sentido, o avanço da medicina, da tecnologia e do conhecimento ao longo de cem anos não foram suficientes para impedir que o elevado número de vítimas, a desqualificação da doença, a exploração do lucro e a enganação pudessem se repetir e gerar o caos em alguns países.

Diferentemente, a análise comparativa entre os cenários da crise da guerra Rússia-Ucrânia e a Segunda Guerra Mundial, sugerem que os países estão mais preparados, que os planos estão alinhados às questões de poder e políticas econômicas desenvolvimentistas. Neste sentido, o cenário parece repetir o que antecedeu à Segunda Guerra Mundial em

termos de crise do liberalismo econômico, mas difere em termos de governos políticos-militar autoritários, o que espera-se possa contribuir para redução e não ampliação das tensões.

O estudo apresenta como limitação a análise geral dos temas crises sanitárias e geopolíticas, utilizando mais especificamente dois cenários (Covid-19 versus Gripe Espanhola) e (Guerra Rússia-Ucrânia versus Segunda Guerra), não abordando os planos estratégicos específicos das áreas, como exemplos, área da saúde e de defesa dos países, o que poderá ser explorado em estudos futuros.

Agradecimentos

Agradecemos ao Departamento de Pós Graduação da Universidade de Brasília (UnB) pelo fomento e viabilização à execução desta pesquisa a partir do Edital nº 010/2023 - Apoio à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação de discentes de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A.; CARBONETTI, A.; CARRILLO, A. M.; BERTOLLI FILHO, C. ; SOUZA, C. M. C. ; BERTUCCI, L. M.; AZEVEDO, N. A gripe de longe e de perto: comparações entre as pandemias de 1918 e 2009. *Debate - História, Ciências, Saúde – Mangueiras*, 16 (4), Dez 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009005000001>

ANGHEL, V.; JONES, E. Is Europe really forged through crisis? Pandemic EU and the Russia – Ukraine war, *Journal of European Public Policy*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13501763.2022.2140820>

ÁVILA, F. S.; MARTINS, J. M.; CEPIK, M. Armas estratégicas e poder no sistema internacional: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades. *Contexto Internacional*, vol. 31, n.1, p. 49-83, janeiro/abril 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292009000100002>

BECKER, B. K. A. Geografia e o Resgate da Geopolítica. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, v.2, n.1, p. 117-150, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2012.2079>

BEHNASSI, M.; HAIBA, M. E. Implications of the Russia–Ukraine war for global food security. *Nature Human Behaviour*, v. 6, p.754-755, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-022-01391-x>

BERTUCCI, L. M. Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. 2002. 401f. **Tese** (Doutorado) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERTUCCI-MARTINS, L. M. “Conselhos ao povo”: Educação contra a Influenza de 1918. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abril 2003. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622003000100008>

BILHIM, J. A. F. **Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas**. 7.^a edição. Lisboa: ISCSP, 2013.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5., n. 11, p. 121-136, Maio/Agosto 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

BRESSER-PEREIRA, L. C; FARHI, M.; PRATES, D. M.; FREITAS, M. C.; *et al.* A crise financeira de 2008. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009. Disponível em:
<https://centrodeeeconomiapolitica.org.br/repos/index.php/journal/article/view/474>.

BROWN, Th. M.; CUETO, M.; FEE, E. A transição de saúde pública 'internacional' para 'global' e a Organização Mundial da Saúde. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 3, p. 623-47, jul.-set. 2006. DOI:10.1590/S0104-59702006000300005

BARBOSA, R. P.; CARDOZO, C. E. S.; DIAS, E. T. D.M. MORIN, Edgar. É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. 97 p. **Dialogia**, São Paulo, n. 38, e20226, maio/ago. 2021. Resenha, p. 1-5. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/37.2021.20226>.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serv. Soc. Soc.**, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.236>

CHRISTOPHE, M; CARASSUS, D.; FAVOREU, C.; GARDEY, D. The Characterization and Definition of Public Performance: An Application to Local Government Authorities. **Gestion et management public**, v. 2, n. 3, p. 23-44, July 2014. DOI:10.3917/gmp.023.0023

DAGNINO, R. P. **Planejamento estratégico governamental**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

FANELLI, D.; PIAZZA, F. Analysis and forecast of COVID-19 spreading in China, Italy and France. **Chaos, Solitons and Fractals**, V. 134, May 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.chaos.2020.109761>

FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Econ. soc.**, 19 (3), Dez 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000300001>

FRIEDMANN, J. **Insurgencies: Essays in Planning Theory**. London: Routledge, 2011.

FRIEDMANN, J., *et al.* Book review symposium. **Planning Theory**. 12(1), p.101-112, 2013. DOI: 10.1177/1473095212450495.

GOULART, A. C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol, 7. ed., Petrópolis: Vozes, 1988.

LIADZE, I.; MACCHIARELLI, C.; MORTIMER-LEE, P.; JUANINO, P. S. Economic costs of the Russia-Ukraine war. **The World Economy**, v. 46, n. 4, p. 874-886, april, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/twec.13336>

MACIEL, E. A crise do planejamento brasileiro. **R. Serv. Publ.** Brasília, 117 (1):37-48, jun./set. 1989. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2613>

MBAH, R. E.; WASUM, D. F. Russian-Ukraine 2022 War: A review of the economic impact of Russian-Ukraine crisis on the USA, UK, Canada, and Europe. **Advances in Social Sciences Research Journal**, v. 9 n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14738/assrj.93.12005>

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**, 31 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa

MSEMBURI, W.; KARLINSKY, A.; KNUTSON, V.; et al. The WHO estimates of excess mortality associated with the COVID-19 pandemic. **Nature**, Vol 613, p. 130-137, 2023. disponível: <https://doi.org/10.1038/s41586-022-05522-2>

PARES, A.; VALLE, B. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: **Planejamento e Orçamento Governamental**, James Giacomoni e José Luiz Pagnussat (Orgs). Coletânea - volume 1, Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/808>

PATEL, M. P.; KUTE, V. B.; AGARWAL, S. K. "Infodemic" COVID 19: More Pandemic than the Virus. **Indian J Nephrol**, 30(3): p. 188–191, May-Jun, 2020. Disponível em: [10.4103/ijn.IJN_216_20](https://doi.org/10.4103/ijn.IJN_216_20)

REYMÃO, A.; OLIVEIRA, F. Do Laissez-Faire à Intervenção Estatal: Diálogos (?) entre Hayek e Keynes e a Ordem Econômica Constitucional Brasileira de 1988. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v.3, n.1, p.19-34, Jan/Jun. 2017. DOI:10.26668/IndexLawJournals/2526-0057/2017.v3i1.1896

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. (Coleção Economia Política). Lebooks, 2020.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brail**. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, L. O. Roberto Simonsen: a industrialização brasileira e a segunda guerra mundial. **história econômica & história de empresas**, v.13, n. 2, p. 25-52, 2010. Disponível em: [10.29182/hehe.v13i2.65](https://doi.org/10.29182/hehe.v13i2.65)

SOUZA, A. R. As trajetórias do do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiência na administração pública. **Revista do Serviço Público - RSP**, V. 55, N. 4, Out-Dez 2004. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1431>

SOUZA, N. M. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. **Rev. Adm. Pública**, 46(6):1671-1720, nov./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000600012>

SPACKMAN, M. **Multi-Year Perspective in Budgeting and Public Investment Planning**. Paris: OCDE, 2002. Disponível em: 2081306.pdf (oecd.org)

TONI, J. **Reflexões sobre o Planejamento Estratégico no Setor Público**. Cadernos Enap - Brasília: Enap, 2021.

TORRACO, R. J. Writing Integrative Literature Reviews: guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v.4: 356, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIEIRA, R. Z. FIORI, José Luís. História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014. 277p. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.18, n.1, p.154-161, jan./jun. 2015. Resenha. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2015v18n1p154>

VORONIN, I.A.; MANRIQUE-MILLONES, D.; VASIN, G.M.; et al. Coping Responses During the COVID-19 Pandemic: A Cross-Cultural Comparison of Russia, Kyrgyzstan, and Peru. **Psychology in Russia: State of the Art**, 13 (4), p. 55-74, 2020. Disponível em: 10.11621/pir.2020.0404